

ACESSIBILIDADE PARA SURDOS NAS BIBLIOTECAS DA UFG

Andréa dos Guimarães de Carvalho¹
AnnyKelly Pacheco de Andrade²

82

Resumo em Libras



<https://tinyurl.com/mr2afk7d>

Resumo

A partir da constatação da importância da leitura para a formação de estudantes surdos, o objetivo deste estudo é observar as ações desenvolvidas nas bibliotecas do Sistema Integrado das Bibliotecas da UFG (SIBI). Por meio de questionário, aplicado aos servidores da SIBI e alunos surdos, desenvolveu-se uma pesquisa sobre o atendimento de usuários surdos. A metodologia da pesquisa também abordou a leitura bibliográfica e consultas aos sites e ambientes do SIBI, para entendermos quais as ações desenvolvem e se nestas a acessibilidade está presente. De acordo com a pesquisa, os servidores das bibliotecas do SIBI desejam receber qualificações e serem habilitados para tornarem os ambientes mais acessíveis, pois os mesmos os limitam a não realizar eventos culturais ou ações de inclusão para atenderem aos surdos. Porém, de acordo com os entrevistados, nota-se a falta de qualificação e motivação para que os servidores possam promover tais ações de cunho articulado à acessibilidade dos surdos.

Palavras-Chave:

Acessibilidade nas bibliotecas. Surdos. Literatura.

Recebido em: 15/07/2022
Aprovado em: 25/09/2022

¹ Pós doutora Andréa dos Guimarães de Carvalho. Professora efetiva no curso de Letras:Libras da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: andrea.ufglibras@gmail.com

² AnnyKelly Pacheco de Andrade. Especialista em Linguística das Línguas de Sinais pela Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: annyandrade22@discente.ufg.br

ACCESSIBILITY FOR THE DEAF IN UFG LIBRARIES

Abstract

From the verification of the importance of reading for the formation of deaf students, the objective of this study is to observe the actions developed in the libraries of the Integrated System of Libraries of the UFG (SIBI). By means of a questionnaire, applied to the SIBI servers and deaf student, a survey was developed on the care of deaf users. The research methodology also addressed the bibliographic reading and consultations to SIBI sites and environments, to understand which actions are developed and whether accessibility is present in these. According to the research, SIBI library servers wish to receive qualifications and be enabled to make environments more accessible, as they limit them to not carrying out cultural events or specific inclusion actions to serve the deaf. However, according to the interviewees, there is a lack of qualification and motivation so that the servers can promote such actions articulated with the accessibility of the deaf.

Key-words:

Accessibility at libraries. Deaf. Literature.

INTRODUÇÃO

Em vários ambientes acadêmicos, a acessibilidade ainda é um grande desafio. As dificuldades estão nas salas de aulas, em congressos e em bibliotecas. No ambiente das bibliotecas se observa as tentativas de renovação e busca de espaço no mundo digital. É louvável a atitude de se buscar sempre a renovação. Entretanto, o que esses profissionais que trabalham nas bibliotecas estão desenvolvendo?; o que já é feito no cotidiano para melhorar o atendimento e o reconhecimento dos alunos surdos dentro das bibliotecas da Universidade Federal de Goiás - UFG?

O intuito deste trabalho é observar e entender como funciona o Sistema Integrado e Informatizado entre as bibliotecas da UFG (SIBI), em relação à acessibilidade, e como tais unidades buscam se desenvolverem em relação à inclusão, seja com projetos, divulgação e até mesmo qualificação para os seus servidores. Realizamos pesquisa de campo para entendermos como acontecem os atendimentos na visão do usuário surdo e do servidor que trabalha no SIBI e conseguimos entender como funcionam as leis para garantir a informação para esse usuário que carece de um auxílio além de que os surdos precisam ser instigados como os ouvintes. Autores como Grossi (2008), Cosson (2014) mostram também a importância da leitura e este trabalho tem o intuito de evidenciar como as bibliotecas são parte importante para que a comunidade surda tenha mais acesso à leitura.

Este trabalho está organizado em três partes: na primeira seção, intitulada “Bibliotecas, Literatura e Surdez”, procura-se estabelecer a relação entre a importância da literatura, o espaço das bibliotecas e a educação de surdos; na segunda parte, o tema desenvolvido versa sobre a “Acessibilidade nas bibliotecas”; e, na terceira, procura-se fazer uma análise dos questionários utilizados na pesquisa.

1. BIBLIOTECAS, LEITURA E SURDEZ

O termo “biblioteca”, segundo Houaiss (2001), vem da junção de dois termos gregos: βιβλίον (l**ib**l**ion**) e θήκη (t**eca**), sendo o primeiro com o significado de “livro” e o segundo “caixa” ou “depósito”. De forma geral, a biblioteca é um local onde são guardados livros, publicações diversas e

documentos, mas as bibliotecas são mais do que um local de reunião de acervo literário e documental. De acordo com Silva (2015, p. 39), é possível perceber o espaço da biblioteca como um repositório de memória da sociedade:

[...] uma memória coletiva, originada das memórias individuais; depositária da história objetiva e ideológica da sociedade. Poeticamente, pode-se dizer que a biblioteca é toda memória do mundo, um lugar que se apresenta com mecanismos complexos de armazenamento e acesso à informação, mas que traz a possibilidade de dispor dos conhecimentos passados disponíveis.

A importância das bibliotecas como “memória coletiva” da humanidade, justifica a necessidade de estudos sobre a história desses espaços de conhecimento. A história das bibliotecas pode ser iniciada com a Biblioteca de Alexandria,

[...] a primeira com aspirações universais e, com sua comunidade de estudiosos, tornou-se o protótipo das universidades da era moderna. O grande estoque de livros reunido em Alexandria definiu uma nova concepção a respeito do valor do conhecimento. O objetivo era reunir tudo que estivesse disponível (BATTLES, 2003, p. 36).

Na antiguidade, academias e bibliotecas eram frequentadas pela aristocracia. As demais classes sociais, formadas por pequenos comerciantes, camponeses e escravos, não tinham amplo acesso aos livros guardados nas bibliotecas. Foram necessários muitos séculos e novas tecnologias, como a imprensa de tipos móveis, para que as bibliotecas se tornassem locais abertos a todos aqueles que desejassem usufruir do prazer da leitura e do conhecimento registrado nos livros (BATLESS, 2003).

A leitura é um processo cultural, do qual participa o indivíduo alfabetizado que tem contato com livros, jornais e revistas. O ato de ler, no entanto, não consiste apenas em decodificar letras e símbolos. A leitura individual amplia a capacidade cognitiva e transforma o leitor em uma pessoa questionadora e curiosa diante dos fatos do mundo. O hábito da leitura torna o leitor mais apto para resolver seus problemas cotidianos, relacionar-se com pessoas e crescer em sua vida profissional, conforme Grossi (2008) afirma abaixo:

Pessoas que não são leitoras têm a vida restrita à comunicação oral e dificilmente ampliam seus horizontes, por ter contato com ideias próximas das suas, nas conversas com amigos. [...] é nos livros que temos a chance de entrar em contato com o desconhecido, conhecer outras épocas e outros lugares – e, com eles abrir a cabeça. Por isso, incentivar a formação de leitores é não apenas fundamental no mundo globalizado em que vivemos. É trabalhar pela sustentabilidade do planeta, ao garantir a convivência pacífica entre todos e o respeito à diversidade (GROSSI, 2008, p. 3).

A prática da leitura para pessoas ouvintes é, em geral, um processo que se inicia na infância e se desenvolve ao longo da vida, visto que a ampliação dos conhecimentos de cada indivíduo depende de sua interação com diferentes tipos de leitura. O mesmo ocorre com as pessoas surdas, no entanto, de forma mais complexa. Para o surdo a sua língua materna, Libras, é visuo-espacial, enquanto a leitura de textos tem base oral, o que torna o processo mais difícil, uma vez que precisa transformar os símbolos impressos em imagens significativas (LACERDA e SILVA, 2006).

O hábito da leitura amplia no leitor a capacidade de questionar o senso comum e posicionar-se diante de novas ideias, aceitando-as ou recusando-as, a partir de sua própria reflexão. De acordo com Cosson (2014, p.37), no processo de leitura o que interessa é o texto, tanto em suas linhas como em suas entrelinhas:

[...] por isso ler começa na compreensão do que diz o texto e tem como ápice a identificação da estrutura ou o reconhecimento dos mecanismos retóricos do texto. Dessa forma, em sua visão mais básica, a leitura é, antes de qualquer coisa, um processo de decifração do texto, de decodificação daquilo que o texto diz. Nos casos mais elaborados, ler é desvelar o texto em sua estrutura, tal como se observa na proposta hoje comum nos manuais de literatura de se analisar um texto poético a partir das camadas sonoras, lexical e imagística com que é constituído. Ler é analisar o texto.

De acordo com Cosson (2014), portanto, ler é “decifrar”, “decodificar” o texto, desvendando a sua estrutura a partir das suas muitas “camadas”. Sob esse ponto de vista, a alfabetização, de forma geral, é falha em relação ao ato de ler já

que, na maioria das vezes, não se observa verdadeiro empenho da escola para iniciar seus alunos ao hábito da leitura.

De acordo com pesquisa feita pelo Pró Livros, Itaú Cultural e IBOPE inteligência (2020), o Brasil teve uma queda de cerca 4,6 milhões de leitores. No período de 2015 até 2019, entretanto, a faixa etária que mais teve desenvolvimento e interesse na leitura foi a de crianças entre 5 e 10 anos. Esses leitores leem por vontade própria. Um fato facilmente comprovável é que o hábito da literatura, quando adquirido no início da infância, é vital para a formação do leitor adulto. Esse hábito deve ser cultivado precocemente, no decorrer da infância e da juventude.

As escolas e as bibliotecas são espaços fundamentais para que uma comunidade tenha um número expressivo de leitores e, por isso, vale questionar como as bibliotecas têm desempenhado o seu papel de formar leitores e, também, como está ocorrendo a inclusão nesses espaços.

Quando se trata de leitura, o desenvolvimento de crianças surdas e ouvintes, é diferente. Nos primeiros anos de vida, porém, o potencial de desenvolvimento de surdos e ouvintes é semelhante, considerando que, segundo Piaget (1973), todos nascem com inata capacidade de desenvolvimento intelectual. É desejável, portanto, a exposição de crianças a diferentes estímulos, para que se desenvolvam plenamente.

2. ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DA UFG

O decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) publicado em 22 de dezembro de 2005 regulamenta dois elementos legais: a) a Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002), de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e b) o artigo 18 da Lei nº 10.098 (BRASIL, 2000), de 19 de dezembro de 2000. O decreto Nº 5.626 (BRASIL, 2005) torna obrigatório às instituições federais de ensino e educação, de acordo com o artigo 23, proporcionar os serviços de tradutor/intérprete de Libras - Língua Portuguesa em salas de aulas e em outros espaços educacionais, como exposto em seus parágrafos 1º e 2º:

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005).

Com a promulgação das leis nº 10.098 (BRASIL, 2000) e nº 10.436 (BRASIL, 2002), esperava-se que os surdos tivessem acesso à comunicação, à informação e à educação. Anos depois de editado, o decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) mostra-se, algumas vezes, sem efeito no cotidiano das escolas, pois os alunos não conseguem ter um ensino bilíngue. Atualmente, podemos ver crianças surdas e ouvintes juntas em uma mesma sala de aula, sem que haja uma inclusão satisfatória para o surdo. A partir da constatação dos fracos resultados dessa “inclusão”, afirmados por autores como Mantoan (2015), na qual revela questões relativas ao insucesso dessa inclusão atualmente aplicada e da acessibilidade que a legislação impõe. E nos leva a refletir sobre a necessidade de um movimento em que as singularidades dos indivíduos devem ser asseguradas, valorizadas e usadas como um campo de motivação e problematização para se introduzir, aplicar e presente nos conteúdos institucionais, de forma adaptada, uma vez que esta jamais terá uma expansão adequada sem o compromisso com a transformação da escola que deve se mobilizar e ser o centro de transformação de seus integrantes e da comunidade que a cerca para, assim, alcançar uma inclusão efetiva e equitativa para todos os discentes e nas instituições que adotam essa perspectiva inclusiva em seus ambientes (MANTOAN, 2015).

Apesar dos avanços, as leis não conseguiram incluir verdadeiramente o surdo no ambiente escolar, colocando-o como um aluno que necessitava de educação especial. No inciso III, do artigo 4º, da LDB- Lei de Diretrizes e Bases lê-se que será garantido “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996).

Crianças surdas que têm a Libras como L1 e crianças ouvintes, cuja L1 é a Língua Portuguesa, não conseguem se comunicar entre si. Como poderia haver inclusão em uma sala de aula que apresente essa realidade? A falta de uma lei que apoie o ensino de Libras no ensino fundamental ou médio torna difícil a comunicação entre dois alunos com línguas diferentes em uma única sala. As

exigências para inclusão da Libras como disciplina curricular não estão sendo cumpridas, como disposto no Art. 9º do Decreto Nº 5.626 (BRASIL, 2005), de 22 de dezembro de 2005:

A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentual;

I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;

II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;

III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição;

IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

O que tem acontecido, contudo, é que a carga horária oferecida por essas instituições, tem se mostrado ineficaz, isto é, não qualifica os professores ao domínio da língua, nem lhes permite a fluência necessária para esclarecer as dúvidas de um discente sem a ajuda do Intérprete. Segundo Lacerda (2006, p. 176):

a) A escola não se preocupa mais com a questão, porque se preocupar significaria buscar outras ajudas profissionais (intérprete, educador surdo, professor de apoio etc.) e a escola pública brasileira, em geral, não conta nem com a equipe básica de educadores para atender as necessidades dos alunos ouvintes;

b) os professores, que percebem que o aluno não evolui, mas não sabem o que devem fazer, por falta de conhecimento e preparo;

c) os alunos ouvintes, que acolhem, como podem a criança surda sem saber bem como se relacionar com ela;

d) o aluno surdo, que, apesar de não conseguir seguir a maior parte daquilo que é apresentado em aula, simula estar acompanhando as atividades escolares, pois afinal todas aquelas pessoas parecem acreditar que ele é capaz; e)

e) a família, que sem ter outros recursos precisa achar que seu

filho está bem naquela escola.

Lacerda (2006) observa o que acontece em várias escolas que, mesmo após a promulgação dessas leis, continuam a oferecer aos alunos uma educação bem distante de ser inclusiva e acessível. Outro local onde encontramos dificuldades no acesso e na inclusão da comunidade surda é nas bibliotecas. Segundo a Revista “Biblioteca Pública: princípios e diretrizes”, da Fundação Nacional de Bibliotecas - FNB (2010 p. 23), a biblioteca pública é definida como:

A biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento. Os serviços fornecidos pela biblioteca pública baseiam-se na igualdade de acesso para todos, independentes de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para usuários inaptos, por alguma razão, a usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas deficientes ou pessoas em hospitais ou prisões.

Portanto, a diretriz das bibliotecas se mostra aberta para a acessibilidade, não importando qual a condição do usuário. Sendo assim, a partir das declarações, surgem perguntas sobre a acessibilidade dos surdos nas bibliotecas e sobre a competência dos servidores desses locais, no que diz respeito ao uso da Libras para promoverem o meio principal de acessibilidade por meio do uso do atendimento em Libras a esses usuários e ações bilíngues português/Libras e ações biculturais como forma de chamar ajuda por meio de tecnologia (por exemplo, dispor em locais estratégicos nos ambientes SIBI para que alunos surdos possam acionarem lâmpadas como meio de solicitarem ajuda), dentre elas capacitarem seus servidores na aprendizagem e uso fluente da Libras nesses ambiente. Na Universidade Federal de Goiás- UFG, onde foi criado o primeiro curso presencial de Letras-Libras do país, segundo Resolução CEPEC Nº 1574 (2018), da Universidade Federal de Goiás – UFG, há referência a uma biblioteca setorial. A necessidade da acessibilidade dentro da Faculdade de Letras (FL) é de extrema importância, pois esse curso foi uma grande conquista para a comunidade surda, principalmente do Estado de Goiás.

A UFG oferece aos surdos um processo seletivo no qual inclui 15 vagas do curso Letras-Libras destinadas para surdos, que são submetidos a um processo especial, como informa o Art.1º III pelo CONSUNI Nº 31/2012. Por conta disso, podemos pensar e nos questionar se a UFG e, principalmente, a FL, se mostram acessíveis para esses alunos que ingressam na faculdade desde 2013, haja vista a necessidade de que o contato com as bibliotecas é de extrema importância em qualquer curso universitário. Além disso, destaca-se também que este é o único curso de graduação no período noturno e que tem a única biblioteca do Sistema de Bibliotecas/UFG dentro de uma faculdade, facilitando bastante o acesso dos estudantes surdos, pois não precisam se deslocar muita das vezes pelo campus até a Biblioteca Central (BC).

Apontamos, então, as bibliotecas do Sistema de Bibliotecas - UFG. No ano de 1973, a Biblioteca central/BC foi criada com a junção do acervo de 13 bibliotecas departamentais e começou a funcionar no prédio da Faculdade de Direito. Nos anos 80, o Ministério da Educação concedeu um local próprio para a biblioteca localizada no Campus Samambaia. Nesse momento, ocorreu a divisão do acervo entre a Biblioteca Central e a Biblioteca Campus Colemar Natal e Silva/BSCAMI e, com o tempo, outras bibliotecas foram sendo criadas para comportar os demais Campus da UFG, em outras cidades de Goiás.

Atualmente, o SIBI/UFG é composto por nove bibliotecas voltadas para o público universitário e uma escolar que são totalmente livres para a comunidade em geral, porém apenas alunos da Instituição ou pessoas que têm vínculo direto com a UFG como professores e técnicos administrativos efetivos podem fazer o empréstimo e a devolução de livros. Essas bibliotecas são: a Biblioteca Central Prof. Alpheu da Veiga Jardim, localizada no Campus 2, com funcionamento de segunda a sexta-feira; Biblioteca Seccional Campus 1 (BSCAMI) – Campus Colemar Natal e Silva, localizada no Setor Universitário; Biblioteca Seccional Campus Aparecida de Goiânia (BSCAP), situada no Bairro Conde dos Arcos, Ap. de Goiânia; Biblioteca Seccional Cepae Prof. Geraldo Faria Campos (BSCEPAE) localizado também no Campus 2, única biblioteca escolar dentro do SIBI/UFG; Biblioteca Seccional Letras e Linguística (BSLL), também localizada no Campus 2, na Faculdade de Letras, com um acervo mais voltado para os alunos dessa unidade; Biblioteca Seccional Jataí – Jatobá (BSREJ – Jatobá), Setor Parque

Industrial/ Jataí-GO, que agora faz parte da UFJ; Biblioteca Seccional Jataí – Riachuelo (BSREJ - Riachuelo)

A Faculdade de Letras é a única com cursos no período noturno que tem uma biblioteca do Sistema de Bibliotecas/UFG. Isso facilita o acesso dos estudantes surdos, pois não precisam se deslocar até a Biblioteca Central - BC. Os surdos podem estudar nesse local, já que a UFG tem um programa que busca garantir acessibilidade para todos, programa este desenvolvido para promover a adaptação de materiais didáticos, orientação metodológica aos docentes desses alunos e apoio individual, com monitorias para o desenvolvimento de atividades ou aprofundamento dos conteúdos ensinados nos cursos em que este alunado frequenta.

As bibliotecas são importantes para crianças, jovens e adultos surdos conhecerem a sua própria língua, desenvolverem melhor a escrita em português e também uma boa sinalização em Libras. No site da BC - UFG é possível perceber a grandiosidade de seu acervo. Segundo informações retiradas desse site, as bibliotecas da UFG são informatizadas e, como outras bibliotecas universitárias, participam do Portal Capes. No histórico do site do Sistema de Bibliotecas SIBI/UFG, há uma série de informações sobre o acervo disponível e outros serviços:

[...] mais de 12 mil títulos de periódicos eletrônicos com textos completos e mais 80 bases de dados com resumos de documentos científicos. Também mantém convênios com o IBICT e com a Bireme para o serviço de Comutação Bibliográfica (Comut). Oferecem diversos serviços, alguns deles restritos à comunidade da UFG – que é composta por estudantes de graduação e de pós-graduação com matrícula atualizada na instituição, servidores docentes e técnico-administrativos ativos e inativo (SILVA, 2015 pg.77)

O SIBI tem também sob sua responsabilidade o Portal de Periódicos da UFG, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Repositório Institucional, coordenados pela Gerência de Recursos Tecnológicos (GRT). No Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI), desenvolvido por uma parceria com o Núcleo de Acessibilidade UFG e o SIBI/UFG-Sistemas de Bibliotecas/UFG, há equipamentos de tecnologia assistiva e serviços para pessoas com deficiência.

Até a última atualização no site da biblioteca, no dia 13 de março de 2020, às 8 h e 11min, encontravam-se disponíveis para alunos com deficiência os seguintes equipamentos: Lupa Digital Portátil utilizada para pessoas com baixa visão que amplia as palavras dando mais comodidade para os usuários; ampliação de materiais bibliográficos impressos e digitais facilitando também a leitura para usuários com baixa visão; assinadores para auxílio no preenchimento de assinatura para pessoas com alguma dificuldade; computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela para pessoas com deficiência visual e até mesmo deficiência motora; digitalização e conversão de material para alunos cegos; escaner digitalizador de imagens; folheador de páginas para pessoas com alguma deficiência motora; impressão em braile; e leitor de livros digitais e regletes para a escrita em braile.

As informações disponíveis no site do SIBI/UFG (www.bc.ufg.br) têm tradução para Libras. Nesse site, não é informado se há pessoas capacitadas para atender, nas bibliotecas, usuários surdos sinalizantes que possam necessitar de acompanhamento para acessar o acervo e se informar sobre o funcionamento da biblioteca. Normalmente, há treinamento *online* para alunos e servidores, visando a emissão das carteirinhas da biblioteca e, nesse site, tem-se acesso a algumas explicações em Libras de como o usuário da biblioteca deve se portar e utilizar o acervo. Há registros de atividades voltadas para acessibilidade e inclusão, mas parecem escassas as ações especialmente focadas nos surdos ou na Libras.

Um marco para a comunidade surda foi a criação da “Bibliolibras: Biblioteca Bilíngue de Literatura Infantil e Juvenil”, em Libras e Português, no Curso de Letras-Libras da UFG. Essa biblioteca foi criada com o intuito de contribuir para a acessibilidade de crianças surdas e deficientes visuais. O acervo da biblioteca foi criado com o objetivo de auxiliar essas crianças a terem contato com histórias de tradicional oral, como os contos de fadas, as fábulas e outros textos de tradição oral.

A Bibliolibras é um site que conta em seu acervo com 12 livros audiovisuais bilíngues, apresentados oralmente por um narrador, em português; em Libras, por intérpretes e, também, em português escrito. Os textos são adaptações de contos tradicionais, recolhidos pelos Irmãos Grimm.

O projeto da Bibliolibras teve apoio da TV UFG, que apresenta essas histórias em Libras em um Inter-programa, isto é, um programa resultante de um projeto de extensão realizado pela Faculdade de Letras em que há a adaptação dos livros infantis clássicos como dos autores Grimm, na qual se tem a tradução- interpretação dos contos literários do português para Libras (vídeos em libras gravados pela TV UFG por tradutores intérpretes, enquanto há uma voz realizando a leitura, permitindo aos surdos, que acessarem aos contos via internet, maior conforto e compreensão dos mesmos uma vez que, também, além do português oral no vídeo (próprio para cegos ouvintes ou crianças ouvintes) os contos são narrados em Libras, língua de conforto, dos surdos. Com isso, alcançando assim outras crianças e abrindo ainda mais a possibilidade de a comunidade ter acesso a essas narrativas. O projeto atende crianças surdas, com deficiência visual, e também crianças ouvintes que, talvez, não tenham acesso a essas histórias. Como a Literatura é muito importante para a formação pessoal das crianças, é expressiva a importância da Bibliolibras para essas crianças surdas e deficientes visuais.

3. AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

No desenvolver da pesquisa foram criados e aplicados dois questionários. Um deles foi apresentado aos alunos surdos e o outro, aos servidores do SIBI. No processo de avaliação desses questionários conseguimos obter alguns dados sobre a atuação dos servidores e a percepção dos alunos surdos que frequentam as bibliotecas do SIBI, em especial a biblioteca setorial da Faculdade de Letras. Os três alunos que participaram da pesquisa não se consideram deficientes auditivos, definem-se como surdos e, como tal, apontam a necessidade de comunicação em Libras.

Na resposta a uma das perguntas do questionário, um aluno surdo informa que não sentia dificuldade antes da pandemia. Provavelmente esta pessoa era oralizada e sabia ler lábios e, em virtude do uso das máscaras, ficou impossibilitada de realizar a leitura de lábios. Neste caso, a solução seria um atendente saber e se comunicar em Libras.

Os alunos foram questionados, também, em relação a projetos feitos pelas bibliotecas. Como resposta, dois discentes contestaram que participaram de algum projeto na biblioteca setorial. Outro aluno comentou sobre a “Bibliolibras”

e "A hora do conto", que são projetos de extensão realizados pela e na Faculdade de Letras, UFG, externo ao SIBI e aberto para a comunidade em geral, em que histórias são contadas em Libras e em português oral com tradução e interpretação, permitindo ouvintes e surdos participarem simultaneamente dos projetos.

Uma das questões mais importantes foi sobre a comunicação dos surdos com os servidores que atuam nos espaços da biblioteca. Na visão dos usuários surdos, apenas um se sente seguro para conversar e ser compreendido. Os outros dois têm alguma dificuldade e se sentem mal por não conseguirem se comunicar. Como estratégia, precisam escrever ou levar algum colega ouvinte para ajudá-lo. Ainda, há usuários surdos que já deixaram de ir à biblioteca por não se sentirem confortáveis ao pedir informação.

Outra questão aborda a opinião dos surdos sobre o que deveria ser mudado em relação à acessibilidade e, como resultado, um depoimento refere-se à organização dos livros e a como é feita a catalogação. De acordo com o entrevistado surdo, se os livros não estiverem no lugar, eles não conseguem encontrar o que procuram o que, em consequência, os levam a procurarem a ajuda de algum servidor. Outro questionamento foi feito em relação à necessidade de material em Libras ou em Escrita da Línguas de sinais (ELIS) e cuja resposta foi apontada, em que ambos, tanto o material em Libras ou na Escrita ELiS, como essencial para se sentirem com maior autonomia para encontrarem o precisavam para seus estudos sem dependerem diretamente de um servidor da biblioteca. Logo, acreditamos que se houvesse mais disponibilidade de material em Libras, teríamos mais surdos dentro da biblioteca.

A necessidade de que a Universidade se mostre mais aberta para a inclusão e a diversidade é fundamental para os surdos na UFG. No documento que trata da Política de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás, de 2017, no eixo 4 (2017, p. 13-14) encontramos na Meta 1, que tem como objetivo "Garantir a acessibilidade informacional com a implantação e implementação do Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI) nas Regionais" (2017, p. 13), prevendo também as seguintes ações:

- Criar metodologia de implantação do trabalho no LAI e nas bibliotecas das Regionais.
- Buscar recurso financeiro e estrutural para funcionamento adequado do LAI e das bibliotecas das Regionais para

atendimento das especificidades das pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades (ex. impressora 3D, tela grande para computador).

- Elaborar material de divulgação impresso e em canais de comunicação dos serviços prestados pelo LAI.

- Oferecer serviços de digitalização, conversão e ampliação de materiais bibliográficos impressos e digitais, computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela, impressão em braile, lupa ampliadora digital portátil, escaner leitor de livros, escaner digitalizador de imagens, folheador de páginas, entre outros equipamentos e serviços de acessibilidade. - Buscar recursos e códigos de vagas junto ao MEC para ampliação do número de profissionais efetivos para o atendimento no LAI.

- Buscar a aquisição, desenvolvimento e disponibilização de materiais didáticos/pedagógicos e bibliográficos acessíveis (ex. gravações em libras e audiodescrição), conforme demanda identificada e/ou solicitada.

- Realizar a articulação entre universidades do Brasil para desenvolvimento de sítios eletrônicos para armazenamento e disponibilização de materiais bibliográficos acessíveis já produzidos.

- Buscar recursos para implementar o projeto Biblioteca Acessível, em parceria com as Bibliotecas Setoriais da UFG (sinalização interna e externa; realocação de espaços individuais e para pesquisa, banco de dados, repositório nacional de material digital – livros, apostilas, aplicativos diversos, entre outros)

Algumas dessas metas se consolidaram com o avanço dos anos e outras ainda precisam ser desenvolvidas, em relação a acessibilidade e inclusão dentro da UFG.

Quanto ao questionário oferecido aos servidores das bibliotecas, todos os participantes possuem mais de quatro anos de prestação de serviço no SIBI. Dos quatro servidores que responderam ao questionário, apenas um se sentiu seguro ao atender um surdo, pois, conforme relata, teve o auxílio de um intérprete. Os outros se mostraram inseguros e incapazes por não conseguirem ter uma comunicação plena como acontece com os ouvintes.

A partir da leitura desses depoimentos, percebemos que alunos surdos procuram menos as bibliotecas e que, infelizmente, não há um programa de capacitação que vise o desenvolvimento da proficiência linguística em Libras para que os bibliotecários possam ter uma plena comunicação com o usuário surdo.

Três servidores informam que conhecem a Libras, mas o contato que tiveram não os possibilita o uso da língua profissionalmente.

A partir dos dados, revemos o entendimento de que até mesmo os servidores consideram as bibliotecas pouco acessíveis para o usuário surdo. Na pergunta feita em relação a acessibilidade em geral das bibliotecas em que esses servidores trabalharam, três entenderam que não havia acessibilidade em seus ambientes de trabalho. Inclusive, durante a observação em um desses ambientes de uma das bibliotecas, notou-se que havia uma estagiária, conhecedora da Libras básica e que trabalhava no local, o que tornou o atendimento aos poucos alunos surdos que frequentavam o local com mais conforto, justamente por se sentirem amparados por alguém que se comunicava, mesmo que básico, através da Libras., enquanto os demais ambientes do SIBI não eram frequentados por esses alunos, já que não haviam servidores com essa disposição singular.

No quesito projetos que já foram desenvolvidos pelas bibliotecas temos uma diversidade de experiências que nos fazem pensar sobre como esses servidores se sentem em relação à falta de domínio para se comunicar com usuários que fazem parte da UFG. Evidenciamos que há o núcleo de acessibilidade e outros projetos de contação de história e acessibilidade dentro dessas bibliotecas.

Conseguimos observar que esses servidores sentiram a necessidade de que as bibliotecas se tornem acessíveis, para surdos como adaptação de seu acervo bilíngue (Português/Libras), principalmente livros envolvendo estudos linguísticos, gêneros literários de histórias bilíngues dentre outros temas, com base na compreensão de que esses locais são públicos ou simplesmente por ser a acessibilidade algo que precisa ser abordado e discutido por todos da sociedade e em todos os espaços, conforme declarado nas Leis acima discutidos e o que não ocorre nos ambientes públicos como nos casos de bibliotecas e, em especial, no SIBI, fonte de discussão deste artigo.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, procuramos abordar a amplitude das bibliotecas da UFG e percebemos como a acessibilidade precisa estar presente na universidade. A biblioteca é um local de informação e comunicação e, sendo assim, podemos entender que os servidores realmente têm o interesse em buscar acessibilidade

dentro desses locais, entretanto, observamos que ainda falta muito a ser debatido e alcançado, não apenas projetos para divulgação dessas bibliotecas para que cheguem aos usuários surdos sendo eles estudantes da UFG ou da comunidade em geral.

Podemos ver que os servidores realmente têm interesse em tornar a biblioteca acessível para os surdos. O LAI – Laboratório de Acessibilidade Informacional - foca em acessibilidade, mas sentimentos que falta muito acesso aos usuários surdos, materiais em Libras e em ELIS. Acreditamos que essas mudanças fariam com que os estudantes Surdos tivessem mais interesse em frequentarem a biblioteca em busca de informação e não apenas por “obrigação”, não apenas por conta da faculdade de Letras-Libras, por exemplo, já que há muitos surdos nesse curso.

Os questionários e os levantamentos bibliográficos nos deixaram entender essa situação que, infelizmente, abrange a Faculdade de Letras e o curso de Letras-Libras. Contudo, entendemos que oficinas externas e internas na universidade deveriam ser realizadas, com uma boa divulgação, fazendo que os surdos se sintam confortáveis em relação a irem às bibliotecas da UFG e que quando chegarem ao local encontrem pessoas capacitadas para conversarem e resolverem o problema daquele usuário surdo de Libras. Mesmo que a UFG disponibiliza intérpretes eles não têm a liberdade de irem a hora que querem, pois precisam solicitar o acompanhamento desses profissionais.

Com os servidores fluentes, acreditamos que isso abriria a porta para os surdos irem a esse espaço com diferentes objetivos, seja apenas procurar um livro por diversão ou por necessidade de estudo acadêmico. Além disso, destaca-se a necessidade de que abranja a comunidade em geral para que pais de filhos surdos tenham interesse em levar suas crianças à biblioteca escolar da UFG a BSCEPAE e também em frequentar as ações do projeto “A hora do conto” para assistirem histórias em Libras. Em decorrência, haveria ainda mais a divulgação da “Bibliolibras” e, com isso, melhorando até mesmo a aceitação desses pais em relação à surdez, à Libras e a outros aspectos do cotidiano de surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. *Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Brasília, 2005.

_____. *Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002*, que reconhece a Libras, Língua Brasileira de Sinais, como língua usada para a comunicação e interação do Surdo na sociedade. Brasília: MEC, 2002.

_____. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade. Brasília: MEC, 2000.

_____. *Lei de Diretrizes e Base Lei 9.394/96*. Trata dos aspectos referentes à Educação Especial. Brasília: MEC, 1996.

BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução: João Virgílio Gallerani Cutter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003. 239 p.

COSSON, Rildo. *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo: Contexto, 2014.

DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. *Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento*. Revista Polyphonia, 2016

FNB- Fundação Nacional de Bibliotecas. *Biblioteca Pública: princípios e diretrizes. Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/biblioteca-publica-principios-diretrizes>> Acesso em 13 de abr. 2022.

GROSSI, Gabriel Pillar. *Leitura e sustentabilidade*. Nova Escola, São Paulo, SP, nº 18, abr. 2008

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SILVA, Daniele Nunes Henrique. *Apresentação. Cadernos do CEDES (UNICAMP)*. Campinas, v. 26, n.69, p. 117-119, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0101-326220060002&script=sci_issuetoc Acesso 21 de Fevereiro de 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora/Unesco, 1973.

SILVA, Rose Mendes. *Comunicação, cultura e biblioteca: uma reflexão sobre o modelo de comunicação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Goiás-UFG. Goiânia, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4719/5/Disserta%a7%a3%20-%20Rose%20Mendes%20da%20Silva%20-%202015.pdf> Acesso em: 14 de abr., 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. RESOLUÇÃO CEPEC Nº 1574. *Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras: Tradução e Interpretação em Libras/Português, grau acadêmico Bacharelado, modalidade Presencial, da Faculdade de Letras, para os alunos ingressos a partir de 2014.* UFG, 1918. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/461/o/Resolucao_CEPEC_2018_1574.pdf Acesso em: 20 mai, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CONSUNI nº 31/2012. *Altera a Resolução CONSUNI Nº 29/2008, modificada pelas Resoluções 20/2010 e 18/2011, que dispõem sobre o Programa UFGInclui na UFG.* Goiânia: 2012. Disponível em: <https://prograd.ufg.br/p/7657-resolucoes-do-programa-ufginclui> Acesso em: 20 de mar, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. SIBI/ UFG. *Site do Sistema de Bibliotecas da UFG.* Disponível em: <https://www.ufg.br/p/6386-sistema-de-bibliotecas> Acesso em: mar, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Política de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás.* Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade. 2017. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/POLITICA_ACESSIBILIDADE_UFG_04_2017_ultimo.pdf Acesso em: 25 de mai, 2022.